



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 22 Nº 12
Dezembro de 2013

O modelo de crescimento em xeque

A dinâmica do PIB em 2013, alternando períodos de crescimento e queda, trouxe novamente à tona o debate sobre o esgotamento do modelo de crescimento que vigorou entre 2004 e 2010, assim como as dificuldades associadas à consolidação de um novo modelo que permita a retomada do crescimento em ritmo mais elevado. Pelo menos três pilares do modelo anterior não estão mais presentes no contexto atual: o crescimento do consumo via crédito encontra limites no endividamento das famílias, deixando de ser um elemento impulsionador do crescimento e do investimento privado; a elevada liquidez mundial começa a escassear e traz incertezas aos mercados financeiros, limitando o papel da taxa de câmbio como âncora para os preços; e o ciclo de elevação dos preços das *commodities* mostra reversão, o que piora o déficit em transações correntes e ressuscita o risco de desequilíbrio externo e choque cambial.

A preocupação com a transição para um novo modelo de crescimento — com menor dependência do crescimento do crédito e do consumo e maior equilíbrio externo — já estava presente em 2011, quando ficou claro que a crise internacional se estenderia por mais alguns anos. Naquele período, o Governo buscou produzir uma depreciação cambial não inflacionária (isto é, combinada com medidas de contenção da demanda), com o objetivo de aumentar a proteção à indústria, tendo em vista a perda de competitividade acumulada ao longo dos anos e o acirramento da competição mundial. Porém, essas medidas, acrescidas do agravamento da crise internacional, provocaram a desaceleração no ritmo de crescimento. Em resposta a isso, o Governo retomou os incentivos ao consumo, dando reforço também às medidas de estímulo ao investimento e à recuperação da competitividade — dentre as quais se destacam o crédito a custos baixos do BNDES, a redução do preço da energia elétrica e a redução de impostos sobre a folha de salários. Ao longo de 2012, o consumo cresceu, mas esse crescimento foi, em sua maioria, atendido pela redução de estoques e pelas importações. Ou seja, não induziu a um aumento da produção. Por outro lado, os investimentos também ficaram estagnados, dado que havia capacidade ociosa, gerada no ciclo de investimentos de 2010, ainda a ocupar ao longo de 2012. Como resultado, a economia cresceu apenas 1,0%.

O problema é que o baixo crescimento do PIB e o cenário internacional adverso aceleraram a piora dos fundamentos macro. O volume de exportações tem oscilado em torno do mesmo nível desde meados de 2006, mas, até o ano passado, ainda havia crescimento das receitas em dólares, devido à elevação dos preços. Em 2013, os preços das exportações caíram, o que reduziu o saldo comercial e ampliou o déficit

em transações correntes. Como agravante, a balança do petróleo apresentou piora considerável, por questões pontuais ligadas à produção da Petrobras e ao registro atrasado de importações. A queda do superávit primário, por seu turno, decorre menos de uma mudança na dinâmica dos gastos do que de uma redução nas receitas. Isso mostra que o custo-benefício dos estímulos já não compensa: eles não têm gerado crescimento suficiente para contrapor a renúncia das receitas. Finalmente, a taxa de câmbio deixa de ser um contrapeso no controle dos preços, o que torna a inflação mais resistente à queda em um cenário de manutenção do emprego e mudança estrutural no setor de serviços.

A novidade é que, em 2013, os investimentos mostram recuperação, com crescimento de 6,5% no ano. Essa recuperação pode ser explicada pela ocupação da capacidade gerada no ciclo de investimentos anterior, pelas medidas do Governo para a sua ampliação, incluindo as concessões em infraestrutura, e pela retomada das compras de veículos pesados. Os dados do PIB de 2013 não mostram uma economia estagnada ou em recessão. O que se observa é muita volatilidade na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior. Esta pode ser atribuída, dentre outras razões, ao comportamento atípico da produção de petróleo e da agricultura no primeiro semestre deste ano. Ademais, toda comparação trimestral, mesmo que ajustada sazonalmente, está sujeita a uma maior oscilação, devido aos ciclos de estoque. A queda de 0,5% do PIB no terceiro trimestre insere-se também nesse contexto, uma vez que sucedeu um crescimento de 1,8% no trimestre anterior (o que equivale a uma expansão anualizada de 7,2%). No acumulado do ano, o crescimento é de 2,4%, e, no acumulado em quatro trimestres, a taxa tem aumentado, de 0,9% no terceiro trimestre do ano passado para 2,3% neste ano. Ainda que não possa ser considerado um desempenho espetacular, esse crescimento tem sido suficiente para manter o nível de emprego.

De toda forma, fica claro que a aceleração do crescimento não poderá ser alcançada com uma política de mais do mesmo. De um lado, não se pode contar com maiores estímulos vindos do consumo e da demanda externa. De outro, o mercado de trabalho segue aquecido, e o cenário externo não permite que a apreciação cambial seja acionada para compensar pressões inflacionárias. Nesse contexto, crescer mais sem inflação depende, cada vez mais, do aumento da produtividade.

Cecília R. Hoff
Economista, Pesquisadora da FEE

O mercado de trabalho gaúcho: PNAD de 2012 reafirma tendências recentes

A recente divulgação, pelo IBGE, da edição de 2012 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) oportuniza a extensão e o aprofundamento de análises sobre diversas dimensões da realidade socioeconômica, dentre as quais se destaca a dos mercados de trabalho. Tomando-se alguns resultados sobre a ocupação no Rio Grande do Sul, constata-se, inicialmente, que o ano passado trouxe, relativamente ao ano anterior, um crescimento do número de postos de trabalho que, embora possa ser considerado modesto (1,7%), superou o do agregado nacional (1,3%).

Cinco unidades da Federação (UFs) sofreram retração — mais drástica em Roraima (-4,4%), na Bahia (-2,3%) e em Tocantins (-1,7%), mas presente também no Paraná (-1,1%) e no Rio de Janeiro (-0,8%) —, enquanto os melhores desempenhos relativos ocorreram em Estados das Regiões Norte e Nordeste: Acre (4,6%), Pernambuco (5,4%), Rondônia (5,6%) e Amapá (6,0%).

Uma tendência clara na dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro fez-se reconhecer: o trabalho assalariado dominou a expansão da ocupação captada pela PNAD. No Rio Grande do Sul, 85% dos 98 mil postos de trabalho acrescentados em 2012 caracterizavam-se como vínculos de emprego. As demais “posições na ocupação” cresceram proporcionalmente menos, ou, no caso único do trabalho doméstico, tiveram retração absoluta de seu contingente (-15 mil indivíduos). No Brasil, esse movimento foi ainda mais acentuado, haja vista que, enquanto o número de ocupados elevou-se 1,2 milhão, o de empregados subiu bem mais, 1,6 milhão, compensando perdas absolutas (ou possibilitando a “migração”) das demais categorias, excetuados os empregadores: domésticos, conta-própria, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e não remunerados —tradicionalmente associadas ao trabalho precário.

Transformações qualitativas como as sugeridas por esse resultado são mais bem apreendidas quando se tomam períodos mais longos de tempo. Nesse sentido, consolidam-se, a seguir, com base na série da PNAD, alguns indicadores relativos aos mercados de trabalho gaúcho e brasileiro no decênio que se encerra em 2012. Apresenta-se, também, o ano de 2007, para ilustrar como boa parte das variáveis revela tendências reconhecíveis na série temporal.

Um primeiro aspecto a se ter presente quando se analisa a dinâmica do mercado de trabalho gaúcho *vis-à-vis* à do nacional é a pronunciada diferença de cadência no crescimento demográfico. Entre 2002 e 2012, a população do Rio

Grande do Sul cresceu apenas 4,6%, virtualmente um terço do percentual observado no agregado do Brasil (13,6%). Parte desse diferencial enraíza-se no meio rural, cuja população aumentou 8,5% no País, enquanto, no Estado, reduziu-se em impressionantes 16,1%. Mesmo quando tomada apenas a população urbana, entretanto, a expansão verificada nacionalmente (14,6%) foi muito superior à que se registrou no território gaúcho (9,7%). Esse descompasso repete-se na variação da População em Idade Ativa (PIA) — 19,0% *versus* 9,9% respectivamente — e da População Economicamente Ativa (PEA) — 16,3% ante 5,5%.

Considerada essa diferença, dentre tantas outras que poderiam ser apontadas, o mercado de trabalho do Estado e o do agregado do País apresentam movimentos convergentes. As taxas de participação (percentual da PIA que integra a PEA) tenderam a decrescer. O mesmo vale, e com muito mais intensidade no segundo intervalo aqui apresentado (2007-12), para as taxas de desocupação (restritas, nesse dado, aos indivíduos que procuraram trabalho na semana de referência). Quanto a esse indicador, assinala-se que os patamares de desocupação mantêm-se regularmente mais baixos no Rio Grande do Sul.

O avanço dos postos assalariados como parcela da ocupação é continuado tanto no Estado quanto no País, e, embora o Rio Grande do Sul ainda ostentasse, em 2012, um percentual menor do que o do agregado nacional (58,6% contra 61,8%), o diferencial reduziu-se. Contraste em sentido oposto verifica-se quanto à formalização do emprego, mas, também nesse caso, a expansão é inequívoca: no Brasil, o registro cobria 61,2% dos assalariados em 2002 e 72,2% em 2012; no Estado, 70,4% e 78,8% respectivamente.

A escolarização da força de trabalho segue sua marcha: no Brasil, a participação dos trabalhadores com menos de sete anos de estudo entre os ocupados cai de 52,9% em 2002 para 43,7% em 2007 e chega a 2012 em 35,0%. No Estado, esse percentual é mais elevado, mas reduz-se em ritmo similar: de 54,0% para 45,6% e, a seguir, para 38,4%.

A par das esperadas oscilações que os intervalos mais curtos de tempo sempre evidenciam, a série da PNAD, acrescida agora do ano de 2012, parece consolidar algumas transformações qualitativas de maior alcance temporal que se vêm imprimindo na estrutura dos mercados de trabalho brasileiro e gaúcho, como a redução do desemprego, a ampliação da proteção social e a elevação da escolaridade da força de trabalho.

Indicadores selecionados do mercado de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2002, 2007 e 2012

| INDICADORES | BRASIL | | | RIO GRANDE DO SUL | | |
|--|---------|---------|---------|-------------------|-------|-------|
| | 2002 | 2007 | 2012 | 2002 | 2007 | 2012 |
| População em Idade Ativa (PIA) (1.000) | 141.633 | 157.777 | 168.606 | 8.693 | 9.145 | 9.556 |
| População Economicamente Ativa (PEA) (1.000) | 86.835 | 97.875 | 100.979 | 5.815 | 6.055 | 6.134 |
| Ocupados (1.000) | 78.895 | 89.928 | 94.713 | 5.427 | 5.657 | 5.858 |
| Taxa de participação (PEA/PIA) (%) | 61,3 | 62,0 | 59,9 | 66,9 | 66,2 | 64,2 |
| Taxa de desocupação (%) | 9,1 | 8,1 | 6,2 | 6,7 | 6,6 | 4,5 |
| Empregados/ocupados (%) | 54,2 | 57,2 | 61,8 | 49,3 | 54,1 | 58,6 |
| Empregados formais/empregados (%) | 61,2 | 65,6 | 72,2 | 70,4 | 70,9 | 78,8 |
| Ocupados com até 7 anos de estudo/ocupados (%) | 52,9 | 43,7 | 35,0 | 54,0 | 45,6 | 38,4 |

FONTE: PNAD-IBGE

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho
Sociólogo, Pesquisador da FEE

Projeções para a safra gaúcha de grãos em 2013/2014 — recordes à vista?

O segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra 2013/2014, divulgado em novembro, revelou a expectativa de novos recordes de produção de grãos no Brasil. No Rio Grande do Sul, projeta-se que a safra de grãos supere, pela primeira vez, a marca de 30 milhões de toneladas, o que representaria um crescimento de até 8,5% em relação à safra 2012/2013.

O crescimento esperado para a produção gaúcha deve-se, sobretudo, ao incremento na área plantada, que pode ser 5,8% superior à observada na safra anterior. A cultura da soja é o principal destaque individual, respondendo por mais de 60% da expansão da área plantada com grãos no Estado. Projeta-se que nenhuma das principais culturas temporárias sofra retração na área plantada na safra 2013/2014. Embora ainda não se disponha de estimativas precisas sobre as mudanças no uso do solo entre as regiões, parece estar acentuando-se a tendência — observada nos últimos anos — de espraiamento da cultura da soja em direção às Mesorregiões Sudeste e Sudoeste. A maior rentabilidade da oleaginosa tem incentivado seu avanço em áreas tradicionalmente destinadas à pecuária nessas regiões.

O resultado econômico da produção de grãos no Rio Grande do Sul ainda é incerto. A safra gaúcha de trigo, em fase final de colheita, promete ser a segunda maior da história, e o nível apertado de oferta do produto no mercado internacional contribuiu para a alta dos preços domésticos. Mesmo com o recente recuo, espera-se que os preços pagos ao produtor permaneçam acima da média observada em 2011 e 2012.

Para as culturas de verão, o *quantum* e o valor da produção estão sujeitos a maiores variações. Em se tratando da produtividade, as estimativas são apenas indicativas, calculadas a partir da média de anos anteriores. Portanto, esses

números tendem a ser corrigidos ao longo do desenvolvimento das culturas, segundo as condições climáticas e fitossanitárias que se apresentarem.

No que se refere aos preços, as novas estimativas de oferta e demanda, divulgadas no início de novembro pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), contribuirão para a elevação temporária das cotações internacionais do milho e da soja. As importações chinesas da oleaginosa devem crescer na faixa de 15% no ano comercial 2013-14, movimento já precificado pelo mercado. Contudo, em se confirmando a elevação na relação estoque/uso global desses produtos, ainda existe espaço para a redução dos preços internacionais no curto e no médio prazo.

A desvalorização do real frente ao dólar contribuiu para a melhor sustentação dos preços recebidos pelos produtores brasileiros, principalmente de soja e trigo. Ainda assim, é provável que três dos quatro principais grãos produzidos no Rio Grande do Sul sejam comercializados a preços inferiores aos observados no último ano. Comparando os preços médios (em R\$) vigentes em novembro de 2013 com os observados no mesmo período de 2012, segundo dados da Conab, percebe-se que a queda nos preços foi superior ao aumento projetado para a produção de soja, milho e arroz.

Portanto, dificilmente o valor da produção da safra gaúcha verificado no período anterior será superado na safra 2013/2014. Ainda assim, na ausência de quebras significativas de produtividade, os efeitos indiretos da expansão da produção agrícola tendem a ser relevantes para a economia do Estado. Os produtores (gaúchos e brasileiros) continuam capitalizados e propensos à realização de novos investimentos, seja para a renovação e ampliação do maquinário utilizado na preparação do solo e na colheita, seja para a armazenagem de grãos.

Estimativa de área plantada e produção de grãos no Rio Grande do Sul — safra 2013-2014

| PRODUTOS | Área (1.000ha) | | | | | Produção (1.000t) | | | | |
|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------|-------|---------------------|---------------------|---------------------|-------|-------|
| | Safra 2012/2013 (A) | Safra 2013/2014 | | Δ% | | Safra 2012/2013 (D) | Safra 2013/2014 | | Δ% | |
| | | Limite inferior (B) | Limite superior (C) | (B/A) | (C/A) | | Limite inferior (E) | Limite superior (F) | (E/D) | (F/D) |
| Soja | 4.618,6 | 4.803,3 | 4.905,0 | 4,0 | 6,2 | 12.534,9 | 13.036,2 | 13.312,2 | 4,0 | 6,2 |
| Arroz | 1.066,6 | 1.098,6 | 1.130,6 | 3,0 | 6,0 | 7.933,4 | 8.198,9 | 8.437,7 | 3,3 | 6,4 |
| Milho | 1.033,3 | 1.054,0 | 1.085,0 | 2,0 | 5,0 | 5.383,5 | 5.491,3 | 5.652,9 | 2,0 | 5,0 |
| Trigo | 976,2 | 1.030,2 | 1.030,2 | 5,5 | 5,5 | 1.894,8 | 2.650,7 | 2.650,7 | 39,9 | 39,9 |
| Aveia | 99,8 | 102,5 | 102,5 | 2,7 | 2,7 | 211,8 | 274,8 | 274,8 | 29,7 | 29,7 |
| Feijão | 71,2 | 71,2 | 72,2 | 0,0 | 1,4 | 94,7 | 93,0 | 94,3 | -1,8 | -0,4 |
| Outros (1) | 115,7 | 118,7 | 118,7 | 2,6 | 2,6 | 216,3 | 261,6 | 261,6 | 20,9 | 20,9 |
| Total | 7.981,4 | 8.278,5 | 8.444,2 | 3,7 | 5,8 | 28.269,4 | 30.006,5 | 30.684,2 | 6,1 | 8,5 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Conab.

NOTA: Previsão em novembro de 2013.

(1) Amendoim, canola, centeio, cevada, girassol, sorgo e triticale.

Rodrigo D. Feix
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — maio-out./13

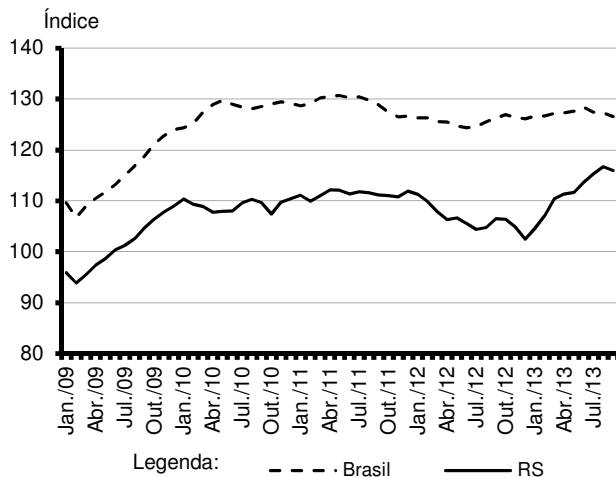
| MESES | IPCA | | | IGP-M | | | Acumulada em 12 Meses |
|---------|--------|--------|-----------------------|--------|--------|-----------------------|-----------------------|
| | No Mês | No Ano | Acumulada em 12 Meses | No Mês | No Ano | Acumulada em 12 Meses | |
| Maio/13 | 0,37 | 2,88 | 6,50 | 0,00 | 0,99 | 6,22 | |
| Jun./13 | 0,26 | 3,15 | 6,70 | 0,75 | 1,75 | 6,31 | |
| Jul./13 | 0,03 | 3,18 | 6,27 | 0,26 | 2,02 | 5,18 | |
| Ago./13 | 0,24 | 3,43 | 6,09 | 0,15 | 2,17 | 3,85 | |
| Set./13 | 0,35 | 3,79 | 5,86 | 1,50 | 3,70 | 4,40 | |
| Out./13 | 0,57 | 4,38 | 5,84 | 0,86 | 4,59 | 5,27 | |

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./13



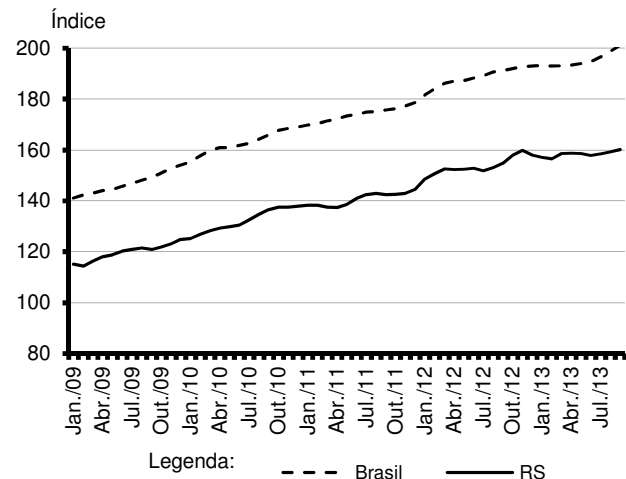
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — mai.-out./13

| INDICADORES SELECIONADOS | NO MÊS | | | | | | NO ANO (1) | EM 12 MESES (1) |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------------|-----------------|
| | Maio/13 | Jun./13 | Jul./13 | Ago./13 | Set./13 | Out./13 | | |
| Taxa de câmbio (US\$) (2) | 2,03 | 2,17 | 2,25 | 2,34 | 2,27 | 2,19 | 2,12 | 2,12 |
| Taxa de câmbio efetiva real (3) | 84,6 | 90,0 | 93,8 | 98,3 | 95,1 | 91,6 | 89,0 | 88,9 |
| Taxa básica de juros (% a.a.) (4) | 8,00 | 8,00 | 8,50 | 9,00 | 9,00 | 9,50 | 8,12 | 7,98 |
| Superávit primário (% do PIB) | -1,4 | -1,3 | -0,6 | 0,1 | 2,3 | -1,5 | -1,3 | -1,4 |
| Balança comercial (US\$ milhões) | 761 | 2.305 | -1.899 | 1.224 | 2.146 | -224 | -1.833 | 226 |
| Exportações (US\$ milhões) | 21.822 | 21.134 | 20.807 | 21.424 | 20.996 | 22.821 | 200.471 | 240.692 |
| Importações (US\$ milhões) | -21.061 | -18.829 | -22.705 | -20.200 | -18.850 | -23.045 | -202.304 | -240.466 |
| Transações correntes (US\$ milhões) | -6.378 | -3.911 | -8.986 | -5.492 | -2.629 | -7.133 | -67.548 | -82.211 |

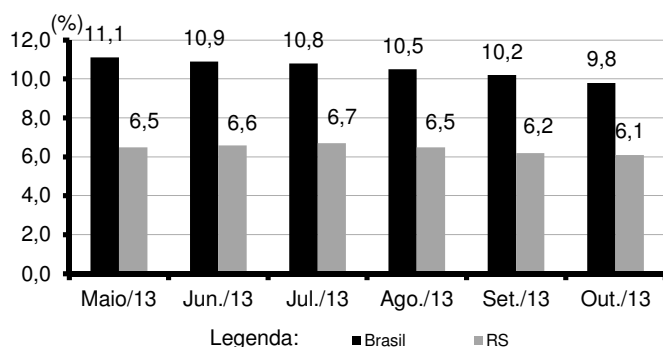
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 11

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — maio-out./13



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-out./13

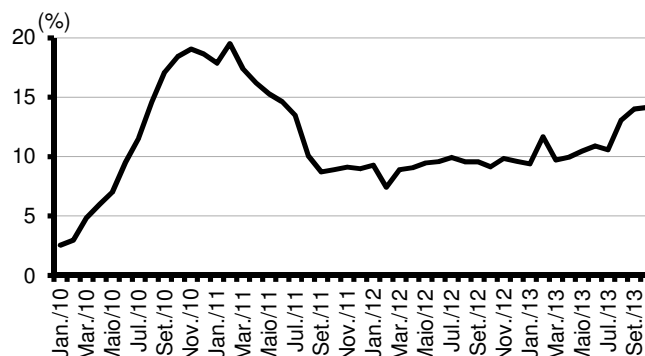


Tabela 3

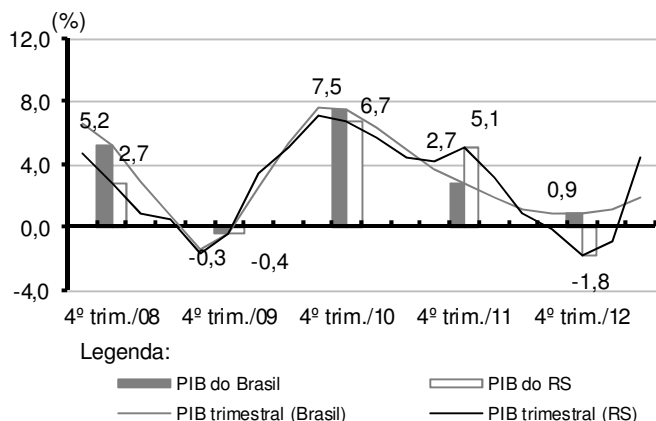
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — maio-out./13

| MESES | EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões) | | PARTICIPAÇÃO RS/BR (%) | VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%) | | | | | |
|---------|--|---------|------------------------|------------------------------|--------|--------|--------|-------|--------|
| | RS | Brasil | | Valor | | Volume | | Preço | |
| | | | | RS | Brasil | RS | Brasil | RS | Brasil |
| Maio/13 | 7.529 | 93.290 | 8,1 | 10,9 | -4,7 | 8,2 | -0,2 | 2,8 | -4,4 |
| Jun./13 | 11.150 | 114.424 | 9,7 | 30,9 | -2,4 | 10,3 | 3,6 | 15,4 | -5,5 |
| Jul./13 | 13.026 | 135.231 | 9,6 | 26,6 | -2,2 | 9,5 | 3,6 | 13,2 | -5,4 |
| Ago./13 | 15.393 | 156.655 | 9,8 | 27,0 | -2,5 | 12,9 | 3,6 | 11,2 | -5,6 |
| Set./13 | 17.505 | 177.650 | 9,9 | 28,6 | -1,6 | 16,4 | 4,1 | 9,6 | -5,3 |
| Out./13 | 21.320 | 200.471 | 10,6 | 41,2 | -0,9 | 17,1 | 4,1 | 19,4 | -4,7 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

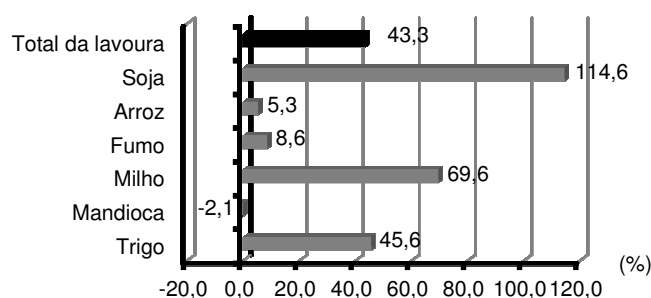
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-2º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — out./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Exportações gaúchas de calçados para a Argentina em debate

A Argentina é um importante destino do calçado gaúcho, tendo seguidamente ocupado o segundo e o terceiro lugar no *ranking* de principais mercados de exportação. Nos primeiros 10 meses de 2013, esse país foi o terceiro destino das vendas externas de calçados do RS, absorvendo 8,72% do valor e 17,52% do volume exportado. Quando comparadas com as de 2011, contudo, as exportações de 1,54 milhão de pares, no valor de US\$ 26,90 milhões, mostram um desempenho muito fraco, com variações percentuais negativas beirando os 50% em ambas as variáveis.

Nos últimos anos, o comércio bilateral com a Argentina tem sido marcado por entraves decorrentes de uma postura protecionista adotada pelo país vizinho. Em 2013, após alguns meses de um fluxo de vendas relativamente normalizado, repete-se uma sequência de negativas ou atrasos nas liberações das autorizações para as importações. O resultado dessas ações é o acúmulo de dezenas de milhares de pares de calçados retidos nas fronteiras, reproduzindo o cenário de anos anteriores. Em outubro, um mês sazonalmente de exportações elevadas, por conta do dia das mães na Argentina e da proximidade das festas de final de ano, as vendas externas gaúchas de calçados para esse país restringiram-se a cerca de 10% do que foi exportado no mesmo mês em 2011 e 2012, em valor e número de pares. Ressalte-se que as medidas protecionistas vêm sendo vistas como excessivas e discriminatórias pelo setor calçadista brasileiro e gaúcho, pois, além de afetarem a entrada do produto nacional, não inibem a entrada do produto chinês no mercado argentino.

Recente pesquisa efetuada pela Abicalçados apontou que parcela expressiva de exportadores já deixou de vender para a Argentina, em virtude da imprevisibilidade desse mercado.

Para os fabricantes do RS, a perda total ou parcial do mercado argentino pode ser mais um incentivo para a manutenção da estratégia de diversificação de mercados e dos esforços de agregação de valor ao produto. Destacam-se investimentos em diferenciação de produtos, estilo e *design*, que têm permitido recompor a sua rentabilidade. Os calçadistas do RS têm conquistado expressivo aumento do preço médio de exportação como resultado da estratégia de fabricação de produtos de maior valor agregado e da segmentação de produtos de moda, que abriram novos nichos de mercado e ampliaram as faixas de preços mesmo nos mercados já tradicionais. O preço médio das vendas externas de calçados para a Argentina ainda se situa abaixo do preço médio de exportação total de calçados gaúchos, que foi de US\$ 25,00 o par em 2012.

Exportações gaúchas de calçados para a Argentina —
jan.-out./11-jan.-out./13

| PERÍODOS | VALOR (US\$ 1.000) | QUANTIDADE (1.000 pares) | PREÇO MÉ- DIO (US\$/par) |
|------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Jan.-out./11 (A) | 53.647,3 | 2.842,2 | 18,88 |
| Jan.-out./12 (B) | 27.934,2 | 1.486,9 | 18,79 |
| Jan.-out./13 (C) | 26.904,7 | 1.535,3 | 17,52 |
| Δ% (C/A) | -49,85 | -45,98 | - |

FONTE: MDIC/Aliceweb2.

Silvia Horst Campos
Economista, Pesquisadora da FEE

Mudanças nos fluxos migratórios entre as mesorregiões do RS

O fluxo migratório entre as mesorregiões gaúchas diminuiu, conforme mostram os últimos três Censos através da pergunta sobre onde o respondente residia cinco anos antes da pesquisa. No período 1986-91, o contingente de pessoas que trocaram de mesorregião foi de 302,6 mil, passando para 294,4 mil em 1995-2000 e para 261,4 mil em 2005-10. Apesar disso, permaneceu a tendência de deslocamento populacional das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB (Sudoeste e Noroeste) para as com maior PIB *per capita* e industrializadas (Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre). Entretanto ressalta-se que há diferenças expressivas nas tendências dos saldos migratórios entre as mesorregiões do RS, ao longo dos três períodos.

Abrangendo a capital, sua região metropolitana e o Litoral Norte, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, de maior população e com o segundo PIB *per capita* mais elevado do Estado, apresentou, nos três períodos, os maiores saldos migratórios (imigrantes menos emigrantes), porém decrescentes: de 91,9 mil em 1986-91, passou para 66,3 mil em 1995-2000 e reduziu-se para 26,2 mil em 2005-10. Em 1986-91, era a mesorregião com maior taxa líquida migratória (saldo dividido pela população), de 2,71%, valor que caiu a 0,59% em 2005-10.

Em sentido oposto, a região da Serra (Mesorregião Nordeste) — com maior PIB *per capita* e, proporcionalmente, a mais industrializada — vem obtendo saldos migratórios crescentes nas trocas com as demais mesorregiões do Estado: de 10,5 mil em 1986-91 para 17,1 mil em 1995-2000 e 22,6 mil no último censo. Entre os três períodos, sua taxa líquida migratória subiu de 1,48% para 2,27% (tornando-se a maior

do RS). De forma semelhante à Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, a região serrana obteve ganho populacional, devido, principalmente, às trocas realizadas com as Mesorregiões Sudoeste e Noroeste.

Com característica agrícola, a Mesorregião Noroeste, que abrange os Municípios de Passo Fundo e Erechim, historicamente perde população por migração para as demais mesorregiões do RS. Contudo essa perda tem apresentado tendência de redução. Sua taxa líquida migratória foi de -4,8% em 1986-91 para -3,8% em 1995-2000, alcançando o valor de -1,4% em 2005-10, deixando de ser a mesorregião com maior perda relativa do Estado.

A Mesorregião Sudoeste (que compreende as fronteiras com o Uruguai e a Argentina) apresenta tendência inversa, pois a perda populacional nas trocas dentro do RS vem aumentando nos períodos. Sua taxa líquida migratória foi de -1,7% em 1986-91, -2,3% em 1995-2000 e -3,0% em 2005-10 (tornando-se a mais negativa do Estado). Sendo a mesorregião com a maior participação da agropecuária no PIB e com o segundo menor PIB *per capita*, perde população para as Mesorregiões Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre — assim como ocorre com a Mesorregião Noroeste.

As Mesorregiões Centro-Oriental, Sudeste e Centro-Ocidental não obtiveram tendências definidas nos períodos. Com fluxos migratórios moderados, suas taxas líquidas migratórias com as demais mesorregiões, no período 2005-10, respectivamente, foram de 0,5%, -0,4% e -0,8%.

Pedro Tonon Zuanazzi
Estatístico, Pesquisador da FEE

O impacto dos eventos de estiagem na economia dos municípios do RS

Um dos temas atuais e centrais que emergem da análise da economia gaúcha é o impacto da estiagem sobre a economia local. Sabe-se, pela estrutura de seu setor produtivo — baseado, em grande medida, no Setor Primário e em seus encadeamentos —, que os efeitos desses eventos são bastante acentuados. Além dos diretos, ocorrem também os chamados efeitos indiretos, que incluem aqueles sobre as indústrias de beneficiamento de grãos, alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos agrícolas, além do comércio e os serviços em geral. É imperioso, pois, que se relacione a estiagem não apenas com o Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor agropecuário, mas também com o VAB dos outros setores produtivos.

Nos últimos anos, tem aumentado significativamente o número de ocorrências registradas pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul por municípios que sofreram algum tipo de impacto negativo em consequência da falta de chuva. Entre 2003 e 2012, 160 municípios comunicaram à Defesa Civil a ocorrência de estiagem em pelo menos quatro anos, com destaque para o Município de Bagé, que teve registros em oito dos 10 anos analisados.

Tendo em vista esses aspectos, objetiva-se relacionar a ocorrência de eventos de estiagem com o PIB total dos municípios gaúchos, visando incluir na análise todos os possíveis desdobramentos da escassez de chuva sobre as economias locais.

Os resultados principais do estudo são expostos na tabela abaixo. A variação nominal do PIB do RS foi decomposta em dois grandes grupos: municípios atingidos pelo evento estiagem (grupo de tratamento, A) e municípios não atingidos (grupo de controle, B). Também é evidenciado o número de municípios que declararam ou não estiagem em cada ano. A última coluna torna explícita a diferença de crescimento do PIB entre os dois grupos, em cada ano, em pontos percentuais.

Observa-se que, especialmente nos anos em que um número substancial de municípios registrou ocorrência de estiagem (2004, 2005 e 2009), o Grupo A apresentou crescimento do PIB menor. Em 2005, inclusive, a taxa de crescimento foi negativa (-3,8%), em face de taxas positivas do Grupo B (6,0%) e do RS (4,6%). Como síntese, os dados mostram que, em anos em que há mais registros de ocorrência de

estiagem, os municípios atingidos tendem a perder participação econômica.

Há ainda outros aspectos interessantes que podem ser extraídos da análise realizada. Os municípios que registraram estiagem no período selecionado são, geralmente, os mesmos: os eventos são concentrados na regiões noroeste, oeste e sul do Estado. Logo, eventos recorrentes de estiagem podem estar contribuindo para um aumento da disparidade econômica entre as regiões geográficas do Estado.

Um terceiro aspecto diz respeito ao fato de que a variação registrada no PIB dos municípios é nominal, ou seja, carrega consigo, além da variação de volume de produção, os preços. Em geral, quando há restrição na oferta de bens agropecuários — situação típica de períodos de estiagem —, os preços sobem. Logo, se fosse registrada apenas a variação de volume de bens e serviços produzidos, a diferença entre o grupo de controle e o grupo de tratamento poderia ser ainda maior. Esse raciocínio vale, especialmente, para produtos nos quais a produção local tem capacidade de influenciar o seu preço, como são os casos do arroz e do milho.

Em quarto lugar, constatou-se que a diferença de desempenho econômico entre os municípios com e sem estiagem é maior no ano em que o evento ocorre do que em períodos maiores de análise. Em outras palavras, essa queda de participação econômica tende a ser parcialmente compensada nos anos seguintes. A razão é simples: com o aumento do preço relativo de alguns produtos agropecuários, há um incentivo para que haja uma maior oferta desses bens nos períodos seguintes. Do ponto de vista dos ofertantes, ocorre um efeito substituição positivo para os bens que ficaram relativamente mais caros, sejam esses preços determinados localmente ou mesmo no mercado internacional.

Os eventos de estiagem estão, portanto, cada vez mais frequentes, e vêm causando impactos visíveis no PIB dos municípios. Além disso, a recorrência desses eventos em algumas regiões geográficas específicas tende a intensificar as disparidades regionais no RS. Os resultados indicam a necessidade de manutenção e incremento de políticas públicas que tornem a economia gaúcha menos vulnerável às oscilações climáticas, agenda esta que deve ser prioritária para o desenvolvimento do RS.

Varição nominal do Produto Interno Bruto (PIB) do RS e do PIB de agrupamentos selecionados de municípios do RS — 2003 a 2010

| ANOS | VARIÇÃO NOMINAL DO PIB DO RS (%) | GRUPO A - MUNICÍPIOS QUE DECLARARAM ESTIAGEM | | GRUPO B - MUNICÍPIOS QUE NÃO DECLARARAM ESTIAGEM | | DIFERENÇA DE CRESCIMENTO DO PIB (pontos percentuais) (A - B) |
|----------|----------------------------------|--|----------------------|--|----------------------|--|
| | | Varição Nominal do PIB (%) (A) | Número de Municípios | Varição Nominal do PIB (%) (B) | Número de Municípios | |
| 2003 | 18,1 | 24,5 | 1 | 18,1 | 495 | 6,4 |
| 2004 (1) | 10,7 | 2,4 | 153 | 12,2 | 343 | -9,7 |
| 2005 (1) | 4,6 | -3,8 | 144 | 6,0 | 352 | -9,8 |
| 2006 | 8,7 | 12,2 | 61 | 8,5 | 435 | 3,7 |
| 2007 | 12,6 | 9,3 | 8 | 12,6 | 488 | -3,4 |
| 2008 | 13,0 | 9,8 | 64 | 13,1 | 432 | -3,3 |
| 2009 (1) | 8,2 | 6,5 | 125 | 8,4 | 371 | -1,9 |
| 2010 | 17,0 | 37,3 | 2 | 16,9 | 494 | 20,4 |

FONTE: FEE/IBGE/Defesa Civil do RS.

(1) Anos em que houve uma amostra significativa de municípios que declararam estiagem no Rio Grande do Sul. Devido ao número de municípios que declararam estiagem (Grupo A) ser representativo, as conclusões sobre a diferença entre os dois grupos tornam-se mais robustas.

A inflação brasileira

A Selic é a menor taxa de juros nacional. Em novembro, voltou aos dois dígitos, encerrando curto período de taxas “civilizadas”. O mercado respondeu prontamente, reduzindo as expectativas tanto de inflação quanto de crescimento. Passados quase 20 anos de Plano Real, a economia brasileira parece haver levado ao paroxismo o *trade-off* entre crescimento e inflação. Por que um país com tantos recursos naturais e humanos se mostra cronicamente incapaz de crescer sem acordar o “dragão”?

A resposta convencional é a de que, na origem do problema, se encontrariam gargalos de oferta. Faltariam ao País infraestrutura, capacidade produtiva, produtividade, tecnologia, etc. Esse diagnóstico nos parece equivocado. Desde logo, porque toda a economia capitalista vive em crônico desequilíbrio. A restrição de oferta em alguns setores é tão disseminada quanto o excesso de capacidade produtiva em outros tantos. E todo o crescimento envolve demandas que se deparam com restrições setoriais de oferta. A China vive essa situação há 40 anos. E sua inflação é similar à inflação dos EUA, a despeito de ter uma moeda desvalorizada (o que protege a indústria nacional da concorrência externa) e ter maiores carências de recursos naturais. Como eles conseguem? Não seria — insistem os economistas obcecados com os gargalos de oferta — porque eles inovam, e nós não? Sem dúvida, esse é um ponto importante. Mas é bom lembrar que todos os Tigres Asiáticos, sem exceção, foram condenados, no início de suas carreiras meteóricas, por “explorarem mão de obra barata e produzirem bugigangas em sistemas produtivos essencialmente tradicionais”. Na realidade, essa foi a grande inovação asiática: apostar no que sabem fazer, na qualificação do trabalho já realizada, na melhoria contínua.

Mas a capacidade inovativa do brasileiro não é menor. Mais: o nosso padrão inovativo é similar ao padrão asiático original — copiamos, fazemos “genéricos”, usamos a *internet* como ninguém, somos flexíveis em tudo —, mas nossa inflação é crônica. Por quê?

É preciso reconhecer que temos uma relação única e diferenciada com o “dragão”. Ele assola, cotidianamente, o nosso quintal, porque há uma peculiaridade do processo de formação de preços no Brasil. Vamos tentar dar uma breve contribuição ao tema analisando a *performance* entre o início do segundo mandato de FHC e o final do primeiro mandato de Lula. De janeiro de 1999, até os primeiros meses do Governo Lula, a economia foi assolada pela turbulência cambial. De meados de 2003 a 2006, o quadro se inverteu. Como evoluíram os preços das distintas atividades econômicas ao longo desses dois ciclos?

O primeiro fator a observarmos é a assimetria da influência do câmbio nominal e real, do desemprego e dos custos

salariais sobre os preços: quando o real se desvaloriza e quando os salários nominais sobem, a taxa de inflação cresce; mas quando o real se valoriza e/ou os custos internos (reais e/ou nominais) caem, o nível geral de preços não responde da mesma forma e com a mesma intensidade. Ao longo de todo o segundo Governo FHC, a correlação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) com a variação da taxa de câmbio de três meses atrás era de 0,406 (sig 0,01). No primeiro Governo Lula, essa correlação caiu para 0,104 e não passou no teste de significância (sig 0,527). O mesmo movimento ocorre quando tomamos apenas o IPCA dos importáveis e exportáveis (*tradables*). No Governo FHC, a correlação do IPCA mensal dos *tradables* com a variação cambial três meses antes era de 0,428 (sig 0,07) e passou a ser de 0,239 (sig 0,143) no Governo Lula.

Essa assimetria é ainda maior na dinâmica de preços dos não *tradables* não regulados. Esse segmento é dominado pelos serviços pessoais, de livre entrada. De sorte que a evolução dos preços se associa, antes, à evolução dos salários nominais (que é função inversa da taxa de desemprego dos últimos meses), do que ao câmbio. Durante o Governo FHC, a correlação entre o IPCA dos não *tradables* e a taxa de desemprego defasada em cinco meses era de -0,417 (sig 0,08): um aumento no desemprego induzia à deflação dos serviços cinco meses depois. No Governo Lula, essa mesma correlação tornou-se não significativa e próxima de zero.

O acompanhamento da evolução do câmbio real é ainda mais esclarecedor. Se tomamos apenas os meses em que o real sofre desvalorização real (superior à diferença entre a inflação interna e externa), a correlação com o IPCA geral dois meses à frente é de -0,631 (sig 0,000): a inflação cresce quando o dólar sobe. Mas essa relação torna-se fraca, **positiva** e não significativa quando o real se valoriza em termos reais frente ao dólar (correl 0,131; sig 0,392). Como regra geral, todos os testes levam à conclusão de que os modelos de formação de preços com base em uma **margem fixa** sobre os custos diretos não funcionam muito bem no Brasil. A flexibilidade dos preços para cima é muito maior do que para baixo. Mais do que um problema de produtividade, parece haver um viés no sistema de precificação que induz a uma “inércia de mão única”. É preciso quebrar esse viés. E isso só nos parece possível se focarmos a política de combate à inflação nos segmentos produtivos de livre entrada, pois estes são os únicos que transferem os aumentos de produtividade e as desonerações fiscais para o consumidor.

Carlos Paiva
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 05.12.13).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes.

Editoração: Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br